



III Congresso Internacional do OBSERVARE
17-18-19 de Maio 2017 | Fundação Gulbenkian

BEYOND BORDERS
People, spaces, ideas

PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS
Pessoas, espaços, ideias

A SEGURANÇA DOS SUBSISTEMAS ECONÔMICOS EM FACE DOS DESAFIOS E AMEAÇAS GLOBAIS

ARMANDO ALVARES GARCIA JÚNIOR¹

RESUMO: Os subsistemas econômicos nacionais e regionais, assim como os fluxos econômicos setoriais, estão subsumidos a uma estrutura econômica mundial que possui (e se rege) por regras e princípios próprios. Todos eles (e a própria sociedade internacional como um todo) sofrem atualmente o impacto de diversas ameaças e desafios globais. O enfrentamento desses problemas, que exigem esforços políticos e destinação de recursos, tanto diluem aqueles destinados a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como são necessários para a preservação do sistema e dos subsistemas econômicos atuais.

PALAVRAS CHAVE: ameaças, desafios, economia, ODS, sociedade internacional.

SIGLAS E ABREVIATURAS:

AL:	América Latina	OIT:	Organização Internacional do Trabalho
ASEAN:	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>	OMC:	Organização Mundial do Comércio
BM:	Banco Mundial	ONU:	Organização das Nações Unidas
BRICS:	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul	ONUDI:	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
CIDH:	Corte Interamericana de Direitos Humanos	UNCTAD:	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
EUA:	Estados Unidos de América	TAOMPI:	Tribunal Arbitral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual
FAO:	<i>Food and Agriculture Organization</i>	TGUE:	Tribunal Geral da União Europeia
FMI:	Fundo Monetário Internacional	TJUE:	Tribunal de Justiça da União Europeia
NAFTA:	<i>North American Free Trade Agreement</i>	UE:	União Europeia
ODS:	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		

SUMARIO: 1. Subsistemas econômicos; 2. Subsistemas econômicos autónomos e sistema económico autónomo; 3. Subsistemas regionais; 4. Desafios e ameaças globais; 5. A Governança Global; 6. Conclusões; 7. Referências bibliográficas.

¹ Professor de Direito Internacional Público, Direito do Comércio Internacional, Sistemas Jurídicos não Ocidentais e Contratação Pública Internacional na Universidad Internacional de La Rioja (Logroño, La Rioja, Espanha)
Mail de contato: armando.alvares@unir.net.



1. Subsistemas econômicos

Apesar dos problemas e da instabilidade internacional, os diferentes subsistemas econômicos atualmente existentes continuam subsumindo-se a uma enorme e quase onipotente estrutura econômica internacional que garante, ou busca garantir, sua estabilidade e permanência¹. Para compreender o que é um subsistema econômico, convém entender o que é um sistema econômico. Em grandes rasgos, se trata de uma estrutura de produção, atribuição de recursos econômicos, distribuição e consumo de bens e serviços em uma economia, cujo objetivo fundamental é alcançar determinados objetivos coletivos associados à satisfação das necessidades humanas.

Segundo a economia política, existem três grandes modelos de sistema econômico: 1) o capitalista (“puro” ou de livre mercado, que prefere uma mínima regulação e intervenção do Estado e que apoia sua eficiência na competência e na propriedade privada), 2) o socialista (“economia planificada” ou “centralizada”, que baseia sua eficiência na planificação, controle, cooperação e propriedade dos fatores de produção em mãos da comunidade e, em última instância, do Estado) e 3) o misto (uma proposta intermediária entre a economia de mercado e a economia planificada, cuja eficiência se apoia na provisão de bens e serviços, tanto pelo setor privado como pelo público: é o modelo mais “real” dos três, ao coexistirem fatores mercantis e políticos)².

Junto a estes três modelos principais se encontram três modelos intermediários (normalmente mais próximos à economia mista): a) o modelo de economia de mercado (uma economia mista próxima ao mercado livre), b) o modelo de economia social de mercado (é o modelo europeu, que incorpora a noção de Estado de Bem Estar Social, que enfatiza a sociedade, introduz a ideia de moralidade e ética nas operações e considera como objetivo natural o desenvolvimento do ser humano nos planos individual e social) e c) o modelo de economia de planificação indicativa (que é a versão suave da economia mista mais próxima à economia planificada), em que o Estado estabelece, mediante um sistema de prêmios (subsídios, concessão de direitos especiais, etc.) e castigos (regulações, empréstimos de bancos estatais, etc.) amplos objetivos (v.g., investimentos em indústrias estratégicas, desenvolvimento de infraestruturas, exportações, etc.) e trabalha conjuntamente com o setor privado para alcançá-los. Considerando o declínio histórico do socialismo/comunismo, o sistema capitalista de livre mercado e a economia de mercado são as que predominam no mundo atual³.

Apesar das diferenças notáveis, todos esses sistemas procuram responder, com suas premissas e modelos teóricos simplificados, a quatro perguntas básicas: o que produzir; quanto produzir; como produzir e para quem produzir. No que concerne às duas primeiras perguntas, enquanto o modelo capitalista toma por base as curvas da oferta e da procura, o modelo de economia planificada se apoia em decisões políticas estratégicas. A terceira pergunta depende, em grande parte, da tecnologia disponível e da estrutura de propriedade existente em uma determinada sociedade e a quarta pergunta, por sua vez, tanto dos consumidores como de fatores políticos e sociais.

2. Subsistemas econômicos alónomos e sistema econômico autônomo

Dentro de cada sistema econômico, em função das leis nacionais, se podem distinguir diferentes subsistemas, que se encontram subsumidos ao sistema econômico mundial. Estes subsistemas não são autônomos, mas alónomos, porque sua capacidade de autorregulação está limitada a aspectos menores e não afeta, de maneira significativa, à estabilidade estrutural do sistema econômico mundial (este sim, autônomo, autorregulado e interveniente dos mecanismos regulatórios das economias nacionais: por exemplo, o FMI estabelece condicionalidades associadas à mudanças estruturais nos países beneficiários de suas linhas de crédito). A autonomia do “grande” sistema econômico mundial é considerada, muitas vezes, nefasta por certos setores da população, do governo e das empresas (nestes últimos anos, este sentimento foi plasmado em diferentes sentenças nacionais (v.g., em Espanha: sentença nº 8/2015 de AP Palencia, seção 1ª, de 14 de abril



de 2015; sentença nº 470/2013 de AP Madrid, seção 2ª, de 4 de novembro de 2013; sentença nº 338/2013 de AP Santa Cruz de Tenerife, seção 2ª, de 8 de julho de 2013; sentença nº 25/2013 de AP Cádiz, seção 7ª, de 28 de janeiro de 2013; sentença nº 422/2012 de AP Cádiz, seção 7ª, de 19 de dezembro de 2012; sentença nº 1238/2009 de TD, Sala 2ª, do Penal, de 11 de dezembro de 2009, etc.).

Isto significa que os subsistemas econômicos territoriais (nacionais ou regionais) são regulados, ao menos em parte, pelos mecanismos, princípios e estímulos inerentes e provenientes do sistema econômico mundial: não discriminação, transparência, livre competência, liberdade de empresa, determinação dos tipos de câmbio das moedas nos mercados de divisas, livre circulação de capitais, de mercadorias e de serviços, liberdade contratual, etc.

Todos esses princípios estão reconhecidos amplamente: a) na UE (*v.g.*, Conclusões do TJUE nº C-567/15, de 27 de abril de 2017; C-177/16, de 6 de abril de 2017; C-112/16, C-46/16 e C-560/15, todas de 30 de março de 2017; nº C-24/16, de 1 de março de 2017; sentença do TJUE nº C-201/15, de 21 de dezembro de 2016; sentenças do TGUE nº T-37/15 e T-808/14, ambas de 15 de dezembro de 2016, etc.); b) na AL (*v.g.*, Colômbia: sentença nº 11001-03-24-000-2009-00116-00, do Conselho de Estado, Sala Plena Contenciosa Administrativa, seção primeira, de 30 de março de 2017; sentença nº 11001-03-15-000-2015-00111-00, do Conselho de Estado, Sala Plena, de 28 de março de 2017; Argentina: sentença da Câmara Contencioso Administrativo Federal, Sala II, de 30 de maio de 2017 e Sala III, de 28 de março de 2017; Chile: sentença nº T-9-2017 do Juízo de Letras do Trabalho de Concepción, de 25 de abril de 2017; sentença nº O-6058-2016, do 1º Juízo de Letras do Trabalho de Santiago, de 6 de abril de 2017, etc.), c) nos tribunais internacionais (*v.g.*, TAOMPI: decisão do Painel Administrativo nº D2015-1220, de 23 de outubro de 2015; decisão do Painel Administrativo nº DMX2007-0007, de 15 de setembro de 2007; CIDH: caso contencioso de 28 de janeiro de 2009, etc.).

O que se verifica, empiricamente, é que quanto maior o grau de participação dos subsistemas nacionais nos mecanismos de autorregulação do sistema econômico mundial, menor será a alonómia nacional (assim, por exemplo, em virtude de seu elevado nível de integração, o grau de alonómia do subsistema econômico norte-americano é muito inferior ao do subsistema guineano)⁴.

3. Subsistemas regionais

Os subsistemas econômicos regionais são também subdivisões do sistema econômico mundial. Sua relevância é notória na vida econômica, social, política e jurídica de seus membros integrantes⁵ (*v.g.*, Argentina: sentença da Câmara Contencioso Administrativo Federal, Sala I, de 31 de março de 2016, em relação ao Mercosul; EUA: *International Fidelity Insurance Co. v. United States*, 053017 USCIT, 12-00064, de 30 de maio de 2017, em relação ao NAFTA; Venezuela: sentença nº 443 do Tribunal Supremo de Justiça, Sala Constitucional, de 10 de abril de 2015; UE: Comunicação nº T-555/10 do TGUE, de 29 de janeiro de 2011, etc.). Neles se observam tanto correntes de fluxos de capitais e de produtos irradiados desde os centros até as periferias (investimentos estrangeiros, remessas de emigrantes, bens e serviços com elevado valor agregado e de conteúdo tecnológico, etc.) como, em sentido contrário, fluxos irradiados desde as periferias até os centros (repatriação de benefícios e retirada dos investimentos estrangeiros; produtos de baixo valor acrescentado – matérias-primas e produtos com escasso conteúdo tecnológico -, trabalhadores emigrantes, etc.).

Com base nos critérios dos fluxos de capitais, produtos e trabalhadores também é possível identificar subsistemas regionais distintos dos “blocos” econômicos. Esses fluxos possuem três matizes de nitidez: 1) alta (o subsistema americano, com centro nos EUA e no Canadá e periferia na AL e no Caribe); 2) intermediária (o subsistema euro-mediterrâneo-africano, com centro na UE e na Associação Europeia de Livre Comércio – Liechtenstein, Suíça, Noruega e Islândia – e periferia nos países da Europa Central e Oriental não pertencentes à UE (Albânia, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Geórgia, Kosovo, Macedônia, Moldávia, Montenegro, Rússia, Sérvia, Ucrânia), nos países do Magreb (Marrocos, Tunísia, Argélia, Mauritânia e Líbia), no Oriente Médio (Arábia Saudita, Bahrein, Emirados



Árabes Unidos, Iraque, Irã, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Omã, Catar, Síria, Sudão, Iêmen, Turquia, os territórios palestinos – Franja de Gaza e parte da Cisjordânia -, Chipre e Egito) e nos 47 países integrantes da África subsaariana e 3) baixa (o subsistema pacífico-asiático, com centro no Japão, Austrália e Nova Zelândia e uma periferia heterogênea formada por Mongólia, China, Taiwan, Coreia do Sul, os países da ASEAN, o subcontinente indiano e as ilhas do Pacífico).

Outra prova de como os subsistemas nacionais e regionais se subsumem ao sistema econômico global é que, se em vez de critérios territoriais, se utilizassem as relações econômicas setoriais (ou seja, as existentes tanto nos processos produtivos como nos mercados de produtos ou fatores: capital e trabalho), surgiriam quatro subsistemas diferentes (cada qual com um conjunto de mecanismos de regulação: princípios, normas, regras e procedimentos, denominados “regimes”) associados a organismos internacionais de vocação mundial: 1) produtivo (ONUDI, FAO e OMC); b) comercial (OMC e UNCTAD); c) monetário-financeiro (FMI e BM) e d) laboral (OIT)⁶.

Todos estes subsistemas, territoriais (nacionais ou regionais) ou setoriais, são partes integrantes do sistema econômico mundial, de modo que serão sustentados pelas normas, princípios e estruturas de esse sistema autônomo (*v.g.*, Espanha: sentença nº 1050/2017 de TD, Sala 3ª, do Contencioso-Administrativo, de 14 de junho de 2017; Chile: causa nº 275/2017. Resolução nº 15510 da Corte de Apelações de Punta Arenas, de 30 de maio de 2017; Colômbia: sentença de constitucionalidade nº 077/17 da Corte Constitucional, de 8 de fevereiro de 2017; México: sentença da Corte Suprema de Justiça, de 29 de outubro de 2012, expediente nº 3517726; República Dominicana: sentença nº 352 da Corte Suprema de Justiça, Primeira, de 28 de fevereiro de 2017, etc.).

Os subsistemas, ainda que possuam características idiossincráticas, estão alinhados com os principais objetivos, princípios e regras (muitas consideradas *ius cogens*) da sociedade internacional (concernentes à paz, segurança, prosperidade, supressão dos atos de agressão, solução pacífica das controvérsias, fomento da amizade e da cooperação, respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, respeito ao direito internacional, etc.). Incluso, os países (com seus distintos subsistemas) conferiram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a responsabilidade primordial de manter a paz e a segurança internacionais, e de atuar em nome dos membros da ONU (praticamente toda a sociedade internacional) para desempenhar as funções que lhe impõe essa responsabilidade⁷. Em seu marco normativo e institucional foram aprovados os ODS que são, evidentemente, globais (de modo que somente com um esforço conjunto de toda a sociedade internacional poderão ser alcançados). Aqui também se verifica que os subsistemas estão protegidos pela estrutura global atual⁸.

Contudo, todos os subsistemas (nacionais, regionais, setoriais), o sistema mundial e a própria sociedade internacional estão submetidos à enormes pressões na atualidade, como se verá no próximo epígrafe.

4. Desafios e ameaças globais

Todos os desafios e ameaças globais atuais, como: 1) a relação Ocidente – Rússia, 2) a sobrecarga da agenda política, diplomática e econômica internacional, 3) o incremento do nacionalismo por parte dos Estados, 4) a paralisia do Conselho de Segurança das Nações Unidas pelos poderes políticos, 5) o domínio oligárquico da atual economia de mercado, 6) as disputas geoeconômicas, 7) a mudança do panorama energético global, 8) o baixo crescimento econômico e dos fluxos comerciais e de capitais, 9) a crise do Estado de Bem Estar, 10) o elevado nível de aversão ao risco econômico e financeiro, 11) o contágio das crises econômicas e financeiras, 12) a fragmentação do Sistema Financeiro Internacional (*v.g.*, o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS e o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas), 13) o terrorismo internacional, 14) o radicalismo religioso, 15) a violência social, 16) a delinquência organizada, 17) as guerras informáticas, 18) a pobreza, 19) a dificuldade de acesso à alimentação e à água potável, 20) a saúde pública (*v.g.*, pandemias), 21) a degradação do meio ambiente, 22) a mudança climática/o aquecimento global), 23) as mudanças na estrutura demográfica, 24) o crescente consumo de carne e de produtos di-



versos por uma enorme classe media emergente, especialmente em Ásia (com a consequente pressão sobre o meio ambiente), 25) a debilidade institucional (que tanto dificulta o desenvolvimento social), 26) as injustiças e iniquidades diversas, 27) a tendência de criação de valor centrada na inovação e na gestão do talento (que empurra à marginalizado social milhões de pessoas), 28) a aposentadoria dos *baby boomers* (na Europa e no Japão), 29) a migração (especialmente a forçada, incluindo o tema dos refugiados), etc. afetam à sociedade internacional e, por conseguinte, ao sistema global e aos subsistemas econômicos⁹.

O tema do terrorismo, de momento, é o que apresenta maior presença e impacto na jurisprudência internacional (TJUE: sentenças nº C-573/14, de 31 de janeiro de 2017 e nº C-584/10 P, de 18 de julho de 2013; TJUE: Conclusões nº C-203/15 e C-698/15, ambas de 19 de julho de 2016; CIDH: caso contencioso de 24 de fevereiro de 2011; México: Executória nº XXVII.3º. J/33 (10ª.), Tribunais Colegiados de Circuito, de 31 de maio de 2017; Colômbia: sentença de constitucionalidade nº 047/17 da Corte Constitucional, de 1 de fevereiro de 2017, sentença nº 68001-23-31-000-2002-02662-01, do Conselho de Estado, Sala Plena Contenciosa Administrativa, Seção Terceira, de 8 de novembro de 2016; Venezuela: decisão nº 337 do Juízo Superior Civil Contencioso Administrativo de Lara, de 18 de agosto de 2015, etc.), seguido da mudança climática (Espanha: sentença nº 1081/2017 de TS, Sala 3ª, do Contencioso-Administrativo, de 19 de junho de 2017; Costa Rica: sentenças nº 08895 e 08898 da Sala Constitucional, de 16 de junho de 2017; México: executória nº I.3º.A.29 A (10ª.), dos Tribunais Colegiados de Circuito, de 31 de maio de 2017, etc.).

O fato é que, ante a pluralidade de desafios e ameaças, não basta que a curto, médio e longo prazo os Estados planifiquem, elaborem e executem políticas sustentáveis¹⁰, socialmente inclusivas, responsáveis com o meio ambiente¹¹ e que afrontem seus múltiplos problemas internos, é imprescindível também que exista uma fluida e efetiva cooperação internacional para que o conjunto da humanidade possa, em algum momento, lograr o desfrute de seus propósitos mais elevados¹². Contudo, os ODS (e suas numerosas metas), fixados para o ano 2030, não são facilmente alcançáveis em virtude das enormes ameaças e desafios, também globais, que nesse mesmo prazo reclamam dos membros da sociedade internacional importantes esforços políticos e a destinação de imensas quantidades de recursos económicos¹³ (sobre o assunto, Chile: causa nº 1874. Resolução nº 129028 da Corte de Apelações de Valparaíso, de 6 de junho de 2017; Colômbia: sentença de constitucionalidade nº 620/16 da Corte Constitucional, de 10 de novembro de 2016, etc.).

Em um cenário mundial hiperconectado, com um poder cada vez mais disperso e uma ordem multipolar que tende à instabilidade (devido à ausência de uma liderança clara por um estado ou de instituições multilaterais fortes e realmente representativas de todos os atores internacionais, com vontade política para resolver os conflitos através do diálogo), com uma coordenação nem sempre eficaz para fazer frente aos grandes desafios, ameaças e problemas globais, o atingimento, no prazo fixado, de todos esses objetivos (aprovados pelos dirigentes mundiais em setembro de 2015 e em vigor, oficialmente, desde 1 de janeiro de 2016) não é inteiramente viável. Enfrentar essas ameaças, que afetam a todos os países, dependerá, em maior ou menor grau, da capacidade de coordenação entre os diferentes Estados e, em última instância, da vontade política e do funcionamento eficiente das instituições de governança global.

Os ODS necessitam e “competem” pelos esforços políticos e os recursos econômicos mundiais com outras questões (e objetivos) também globais que, talvez, exijam uma resposta mais imediata por parte de uma sociedade internacional hiperconectada. Essa multiplicidade de objetivos reduz muito a possibilidade de que, até 2030, seja possível canalizar adequadamente as sinergias e enfoca-las de forma precisa aos objetivos consagrados na Agenda 2030.

5. A Governança Global

Para alcançar os 17 ODS e suas diversas metas, por um lado, os estados devem implementar ativamente medidas tendentes a esse fim (como Costa Rica, com seu Plano Nacional para os ODS) e, por outro, se deve reforçar e incrementar a cooperação internacional em múltiplos aspectos. De fato, dada a



magnitude de sus objetivos e metas globais e o curto prazo estabelecido, o esforço coletivo, sempre multilateral, deve ser canalizado mediante instituições de governança global que gozem de maior legitimidade democrática e que sejam efetivamente representativas e inclusivas das novas forças no cenário internacional¹⁴.

Ao fim e ao cabo, os temas assinalados afetam a todos os países e exigem um posicionamento coletivo por parte dos membros da sociedade internacional. Isto deve ser enfatizado: o enfrentamento desses enormes desafios globais, que deve caminhar paralelamente com a perseguição dos objetivos estatuídos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, necessita uma resposta coletiva e um enfoque cooperativo. Se a globalização desenha um mundo cada vez mais conectado e interdependente, em que os riscos, os problemas, os desafios, as ameaças e os objetivos são globais, as respostas necessitam ser necessariamente coletivas e coordenadas¹⁵, pois os retos e as ameaças já não conhecem fronteiras e, por tanto, as soluções no podem estar restringidas al âmbito de um Estado o de um grupo de Estados. Não obstante, as instituições de governança global (ONU, FMI, BM) criadas pelos acordos de *Bretton Woods* plasmam a realidade internacional do final da Segunda Guerra Mundial (evidentemente muito diversa da atual). Neste momento, nem essas instituições nem os Estados parecem capazes de administrar adequadamente os grandes retos, desafios e ameaças que se abalançam sobre todos os membros de la sociedade internacional, indistintamente, e que enturvam a viabilidade de que os ODS sejam alcançados a médio prazo.

Até o ano 2030, a carência democrática e a perda de legitimidade das principais organizações de governança global podem recrudesacer de forma alarmante. No campo econômico, somente para exemplificar o tema, já se trabalha com a ideia de que, até o ano 2030, das sete maiores economias do mundo, quatro corresponderiam a Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC, con exclusão de África do Sul)¹⁶. O problema é que o poder desses países ainda não se consolidou em termos de instituições de governança global, de modo que caberia esgrimir a possibilidade de que, ante a resistência dos países desenvolvidos, aferrados ao poder (e a inviabilidade de proceder à reformas efetivas da carta constitutiva das organizações de governança global para redistribuir o poder às novas potências internacionais), poderiam proliferar diferentes iniciativas capazes de moldar o mundo futuro, reorganizando as relações geopolíticas e geoeconômicas¹⁷. Sem ir mais longe, os recentes movimentos geoeconômicos (v.g., Banco de Desenvolvimento da China, Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, Novo Banco de Desenvolvimento) refletem, na esfera econômico-financeira, a necessidade de buscar uma via alternativa ao FMI e ao escasso reparto equitativo do poder atual¹⁸.

6. Conclusões

Os problemas que o mundo está enfrentando hoje em dia diluem a canalização de esforços políticos e de recursos que permitam levar a cabo, com robustez e agilidade, o Plano de Ação (adotado no dia 01 de julho de 2016) para promover a Agenda 2030¹⁹. Somente com organizações de governança global que reflitam uma justa representação dos novos poderes emergentes será possível alcançar uma efetiva liderança e uma adequada coordenação para fazer frente a um cenário diversificado com tantos desafios e objetivos globais, inclusive como forma de proteger ao sistema econômico mundial e, por consequência, aos diversos subsistemas nacionais e regionais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ Baylis, John; Owens, Patricia & Smith, Steve (2017). *The globalization of world politics: an introduction to international relations*. Londres: Oxford University Press, pp. 221-237.
- ² Vercelli, Alessandro (2017). *Crisis and Sustainability*. Londres: Palgrave Macmillan UK, pp. 63-87.
- ³ Fowkes, Ben (2016). *Rise and Fall of Communism in Eastern Europe*. Berlim: Springer, pp. 179-181.
- ⁴ Popkova, Elena; Chechina, Oksana & Sultanova, Aleksandra (2016). «Structural and logical model of contemporary global economic system». *European Research Studies* vol. 19(2): pp. 218-219.
- ⁵ Por exemplo: 1) em América: Mercosul, Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, Tratado de Livre Comércio da América do Norte, Aliança do Pacífico; 2) em Europa: UE, Associação Europeia de Livre Comércio; 3) em África: União Africana, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral; 4) em Ásia: Foro de Cooperação Asia-Pacífico, Associação dos países do Sudeste Asiático, Comunidade de Estados Independentes, Associação Sul-asiática para a Cooperação Regional; 5) em Oriente Médio: Conselho de Cooperação para os Estados Árabes do Golfo, etc.
- ⁶ Gilpin, Robert (2016). *The political economy of international relations*. Nova Jersey: Princeton University Press, pp.27-30.
- ⁷ Moore Jr., John Allphin & Pubantz, Jerry (2017). *The new United Nations: International organization in the twenty-first century*. Boston: Taylor & Francis, pp. 70-71.
- ⁸ Gordenker, Leon (2017). *The United Nations in International Politics*. Nova Jersey: Princeton University Press, pp. 64-66.
- ⁹ Sobre os diversos temas mencionados se podem consultar, por exemplo: Duke, Simon (2017). *Europe as a Stronger Global Actor*. Londres: Palgrave Macmillan UK, pp. 103-112; Luckhurst, Jonathan (2016). *G20 Since the Global Crisis*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 87-111; Marsonet, Michele (2017). «National Sovereignty vs. Globalization». *Academicus International Scientific Journal*, 8 (15): pp. 47-57; Clennon, Ornette D. (2017). *The Polemics of CLR James and Contemporary Black Activism*. Berlim: Springer, pp. 33-61; Sikdar, Subhas K.; Sengupta, Debalina & Mukherjee, Rajib (2017). *Measuring Progress Towards Sustainability*. Berlim: Springer, pp. 221-273; Skillington, Tracey (2017). *Climate Justice and Human Rights*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 41-89; Suh, Sangwon (2017). «Sudden stops of capital flows to emerging markets: a new prediction approach». *International Review of Economics & Finance*. Vol. 48: pp. 289-308; Bergeijk, Peter A.; Brakman, Steven & Marrewijk, Charles (2017). «Heterogeneous economic resilience and the great recession's world trade collapse». *Papers in Regional Science*. Vol. 1: pp. 17-42; Tian, Weidong (2017). «Regulatory Capital Requirement in Basel III». In Tian, Weidong (ed.), *Commercial Banking Risk Management: Regulation in the Wake of the Financial Crisis*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 3-34; Goetz, Barry (2017). *On the Frontlines of the Welfare State: How the Fire Service and Police Shape Social Problems*. Londres: Routledge, pp. 179-191; Ert, Eyal & Haruvy, Ernan (2017). «Revisiting risk aversion: can risk preferences change with experience?», *Economics Letters*. Vol. 151: pp. 91-95; Ohno, Hiroaki (2016). «Impact of Risk Aversion on Optimal Market Integration». *Journal of Economic Integration*. Vol. 31 (4): pp. 968-994; Johannessen, Jon-Arild (2017). *Innovations Lead to Economic Crises*. Zurique: Springer International Publishing, pp. 9-34; Bonner, David (2016). *Executive measures, terrorism and national security: have the rules of the game changed?* Londres: Routledge, pp. 17-21; Campos, Joshep H. (2016). *The State and Terrorism: National Security and the Mobilisation of Power*. Londres: Routledge, pp. 57-61; Lutz, Brenda J. & Lutz, James M.



(2017). *Globalisation and the Economic Consequences of Terrorism*. Londres: Palgrave Macmillan UK, pp. 1-30; Maogoto, Jackson Nyamuya (2016). *Battling terrorism: legal perspectives on the use of force and the war on terror*. Londres: Routledge, pp. 109-111; Pickering, Steve (2017). *Understanding Geography and War*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 115-137; Ilyas, Saddam; Bilal Mehmood & Raees Aslam (2017). «Terrorism and poverty: double trouble for macroeconomic performance in African countries». *African Journal of Economic Review*. Vol. 5(1): pp. 1-13; Berlusconi, Giulia (2017). *Crime Prevention in the 21st Century*. Zurique: Springer International Publishing, pp. 234-236; Roth, Mitchel P. (2017). *Global Organised Crime: a 21st Century Approach*. Londres: Routledge: pp. 107-136; Collins, Alan (2016). *Contemporary security studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 78-83; Hauck, Pierre & Peterke, Sven (2016). *International Law and Transnational Organised Crime*. Oxford: Oxford University Press, pp. 243-247; Rylko-Bauer, Barbara & Farmer, Paul (2016). *Structural Violence, Poverty, and Social Suffering*. Oxford: The Oxford Handbook of the Social Science of Poverty, pp. 47-57; Friedman, Eric A. (2016). «An independent review and accountability mechanism for the Sustainable Development Goals: the possibilities of a Framework Convention on Global Health». *Health and Human Rights*. Vol. 18(1): pp. 45-62; Engels, Dirk (2016). «Neglected tropical diseases in the Sustainable Development Goals». *The Lancet*, Vol. 387(10015): pp. 223-224; Ali, Yousaf (2017). «Carbon, water and land use accounting: consumption vs production perspectives». *Renewable and Sustainable Energy Reviews*. Vol. 67: pp. 921-934; Gray, Kevin R.; Tarasofsky, Richard & Cinnamon Piñon, Carlane (2016). *The Oxford Handbook of International Climate Change Law*. Oxford: Oxford University Press, pp. 17-27; Dalby, Simon (2016). «Political geography and climate change: Introduction to a virtual special issue of Political Geography on climate change and political geography». *Political Geography*. Vol. 50: pp. 71-73; Cammack, Paul (2017). «The UNDP, the World Bank and Human Development through the World Market». *Development Policy Review*. Vol. 35(1): pp. 3-21; Murphy, Caroline & Cross, Christine (2017). «Gender, Age, and Labour Market Experiences». *The Palgrave Handbook of Age Diversity and Work*. Londres: Palgrave Macmillan UK, pp. 561-582; Mountford, Andrew & Rapoport, Hillel (2016). «Migration policy, African population growth and global inequality». *The World Economy*. Vol. 39 (4), pp. 543-556; Adams, Samuel & Opoku, Evans Osei (2016). «Population Growth and Urbanization in Africa: Implications for the Environment». In Benna, Umar G. & Garba, Shaibu Bala (eds.). *Population Growth and Rapid Urbanization in the Developing World*. Hershey: IGI Global, pp. 282-297; Verchere, Alban (2017). «The Middle-class Collapse and the Environment». *Ecological Economics*. Vol. 131: pp. 510-523; Rocca, Jean-Louis (2016). *The Making of the Chinese Middle Class*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 21-67; Milanovic, Branko (2016). *Global inequality: a new approach for the age of globalization*. Cambridge: Harvard University Press, pp. 77-81; Midgley, James (2017). «Conflict, Peace and Social Development». In Midgley, James & Pawar, Manohar (eds.), *Future Directions in Social Development*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 99-118, etc.

¹⁰ Brundenius, Claes (2017). «Challenges of Rising Inequalities and the Quest for Inclusive and Sustainable Development». In Brundenius, Claes; Göransson, Bo & Carvalho de Mello, José Manuel (eds.), *Universities, Inclusive Development and Social Innovation*. Nova York: Springer International Publishing, pp. 9-48; Gray, Mel; Coates, John & Davies, Kate (2017). «Social Development, the Environment, and the Future of the Planet». In Midgley, James & Pawar, Manohar (eds.), *Future Directions in Social Development*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 141-163; Pawar, Manohar (2017). «Social Development: Progress So Far». In Midgley, James & Pawar, Manohar (eds.), *Future Directions in Social Development*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 41-57; Joshua, John (2017). *China's Economic Growth: Towards Sustainable Economic Development and Social Justice*. Londres: Palgrave Macmillan UK, pp. 47-53; 131-166.

¹¹ Lozano, Josep M.; Albareda, Laura; Ysa, Tamyko; Rosher, Heike & Marcuccio, Manila (2016). *Governments and corporate social responsibility: Public policies beyond regulation and voluntary compliance*. Berlim: Springer, pp. 13-15; Bochel, Hugh & Powell, Martin (2016). *The coalition government and social policy: restructuring the welfare state*. Bristol: Policy Press, pp. 117-121.



- ¹² É fácil constatar, empiricamente, que a insegurança não está circunscrita às fronteiras nacionais. Em muitos casos, tanto seus fatores como seus efeitos tendem a converter-se em uma questão transfronteiriça, regional e até mesmo global. Sobre os diferentes aspectos do que se mencionou: Plagerson, Sophie & Patel, Leila (2017). «Social Protection and Social Development». In Midgley, James & Pawar, Manohar (eds.). *Future Directions in Social Development*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 205-226; Lynn, Jeffrey (2016). «On the Relatively Recent Rise of Human Dignity». *Anthropological Quarterly*. Vol. 89(3), pp. 895-905; Lazaridis, Gabriella (2016). *Security, insecurity and migration in Europe*. Londres: Routledge, pp. 61-62; Innes, Alexandria J. (2017). «Human Mobility and Security». In Jacob Edwin, Daniel (ed.). *Rethinking Security in the Twenty-First Century*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 169-181; Burki, Shahid Javed (2016). *Rising Powers and Global Governance. Changes and Challenges for the World's Nations*. Nova York: Palgrave Macmillan US, pp. 87-104; Ourguignon, François (2016). «The Globalization of Inequality». *Cyrus Chronicle Journal*. Vol. 1(1), pp. 63-65; Taylor, J. Edward & Castelhana, Michael (2016). «Economic Impacts of Migrant Remittances». In White, Michael J. (ed.). *International Handbook of Migration and Population Distribution* Dordrech: Springer Netherlands, pp. 525-541.
- ¹³ Hussain, Munir (2017). *UN and EU Cooperation in Global Peace Missions*. Singapur: Springer, pp. 75-86; Ahmed, Nafeez Mosaddeq (2017). *Failing States, Collapsing Systems*. Berlim: Springer, pp. 37-47.
- ¹⁴ É necessário conseguir um reparto equitativo do poder atual, ao menos para que plasme uma justa representação dos novos poderes emergentes nas instituições de governança global. Sobre o tema, consultar Weiss, Thomas G. (2016). *Global governance: why? what? whither?* Hoboken: John Wiley & Sons, pp. 145-148.
- ¹⁵ Teló, Mario (2016). *Globalisation, multilateralism, Europe: towards a better global governance?* Londres: Routledge. pp. 9-14.
- ¹⁶ Ikenberry, John (2015). «The Future of Multilateralism: Governing the World in a Post-Hegemonic Era». *Japanese Journal of Political Science*, Vol. 16(3), pp. 399-413; Eatwell, John & Mckinley Terry (2015). «Challenges for Europe in the World, 2030». *Panoeconomicus*, Vol. 62(4), pp. 527-530.
- ¹⁷ Kahler, Miles (2013). «Rising powers and global governance: negotiating change in a resilient status quo». *International Affairs*. Vol. 89 (3): pp. 711-729; Mostafa, Golam & Mahmood, Monowar (2015). «The rise of the BRICS and their challenge to the G7». *International Journal of Emerging Markets*. Vol. 10 (1), pp. 156-170.
- ¹⁸ Robertson, Winslow (2016). «China's Superbank: Debt, Oil and Influence-How China Development Bank is Rewriting the Rules of Finance». *African Review of Economics and Finance*. Vol. 8(1), pp. 164-167; Callaghan, Mike & Hubbard, Paul (2016). «The Asian Infrastructure Investment Bank: Multilateralism on the Silk Road». *China Economic Journal*, Vol. 9(2), pp. 116-139.
- ¹⁹ Existem problemas adicionais: as novas potências emergentes estão enfrentando crises políticas e desaceleração econômica (Brasil, Rússia, China), de modo que sua reivindicada quota de liderança global talvez não possa ser integralmente assumida. Sobre o tema se podem consultar, por exemplo: Christensen, Steen Friiba & Xing, Li (2016). «The Emerging Powers and the Emerging World Order: back to the future?». In Christensen, Steen Fryba & Xing, Li (eds.), *Emerging Powers, Emerging Markets, Emerging Societies*. Londres, Palgrave Macmillan UK, pp. 3-29. Entretanto, nesta etapa de transição, o poder das velhas potências também se degrada. De fato, a ideia mais plausível é que no ano 2030, entre as sete maiores economias do mundo, estejam Brasil, Rússia, Índia y China (BRIC). Dos membros originais do Grupo dos Sete (G-7), somente EUA seguiria na lista dos sete países economicamente



mais potentes. A evolução do Produto Interno Bruto agregado dos denominados «E-7» (os sete países emergentes: 1. Dois países asiáticos: China e Índia; 2. Dois países latino-americanos: Brasil e México; 3. Dois países islâmicos: Turquia e Indonésia e 4. Rússia) superaram no ano 2014 ao do G-7 (por sua vez, também em 2014 China ultrapassou aos EUA e se converteu na maior economia do mundo em termos de paridade do poder aquisitivo). Este fato revela um cenário mundial caracterizado por um poder disperso que tende a debilitar uma coordenação adequada – e imprescindível – para alcançar os novos ODS e reduzir a insegurança internacional.